GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO, NA VIDA FAMILIAR E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ADOLESCENT PREGNANCY: IMPACTS ON EDUCATION, FAMILY LIFE, AND PUBLIC POLICY

EMBARAZO ADOLESCENTE: REPERCUSIONES EN LA EDUCACIÓN, LA VIDA FAMILIAR Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

10.56238/IICONEDUCA-056

Antonio Sergio Curioni
Doutorando em Educação Inclusiva
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
E-mail: antonio.curioni@hotmail.com

RESUMO
A gravidez na adolescência constitui um desafio persistente para as políticas públicas de saúde, educação e assistência social no Brasil, incidindo de forma mais intensa sobre meninas em contextos de vulnerabilidade social, nas quais o acesso à informação qualificada, aos serviços de saúde, às políticas públicas e às oportunidades educacionais é frequentemente limitado. Este artigo tem por objetivo analisar os impactos da gravidez na adolescência sobre a trajetória educacional das jovens brasileiras, bem como seus efeitos sobre a vida familiar, o mercado de trabalho e a formulação de políticas públicas. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, fundamentado na análise de pesquisas empíricas nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que a maternidade precoce está associada ao aumento das taxas de evasão e abandono escolar, à redução da escolaridade média, à diminuição das chances de conclusão do ensino médio e superior, à inserção precária no mercado de trabalho e à reprodução dos ciclos intergeracionais de pobreza. Conclui-se que a gravidez na adolescência é um fenômeno multifatorial, que exige políticas públicas intersetoriais articulando educação, saúde, assistência social e proteção integral, assegurando a permanência escolar de adolescentes gestantes e mães e a efetivação de seus direitos.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência. Evasão Escolar. Educação. Políticas Públicas. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT
Teenage pregnancy constitutes a persistent challenge for public policies on health, education and social assistance in Brazil, affecting more intensely girls in contexts of social vulnerability, where access to qualified information, health services, public policies and educational opportunities is often limited. This article aims to analyze the impacts of teenage pregnancy on the educational trajectory of young Brazilian women, as well as its effects on family life, the labor market and the formulation of public policies. This is an integrative literature review study, based on the analysis of national and international empirical research. The results show that early motherhood is associated with increased dropout rates, reduced average schooling, decreased chances of completing high school and higher education, precarious insertion in the labor market and the reproduction of intergenerational poverty

cycles. It is concluded that teenage pregnancy is a multifactorial phenomenon, which requires intersectoral public policies articulating education, health, social assistance and comprehensive protection, ensuring the school permanence of pregnant adolescents and mothers and the realization of their rights.

Keywords: Teenage Pregnancy. School Dropout. Education. Public Policies. Social Vulnerability.

RESUMEN

El embarazo adolescente constituye un desafío persistente para las políticas de salud pública, educación y asistencia social en Brasil, impactando con mayor intensidad a las jóvenes en contextos socialmente vulnerables, donde el acceso a información cualificada, servicios de salud, políticas públicas y oportunidades educativas suele ser limitado. Este artículo analiza los impactos del embarazo adolescente en la trayectoria educativa de las jóvenes brasileñas, así como sus efectos en la vida familiar, el mercado laboral y la formulación de políticas públicas. Se trata de un estudio integrador de revisión bibliográfica, basado en el análisis de investigaciones empíricas nacionales e internacionales. Los resultados muestran que la maternidad precoz se asocia con mayores tasas de abandono escolar, menor nivel educativo promedio, menores probabilidades de completar la educación secundaria y superior, inserción laboral precaria y la reproducción de ciclos intergeneracionales de pobreza. Se concluye que el embarazo adolescente es un fenómeno multifactorial que requiere políticas públicas intersectoriales que articulen educación, salud, asistencia social y protección integral, garantizando la asistencia escolar de las adolescentes embarazadas y las madres, así como la realización de sus derechos.

Palabras clave: Embarazo Adolescente. Abandono Escolar. Educación. Políticas Públicas. Vulnerabilidad Social.

1 INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é um fenômeno social bem mais complexo do que costuma parecer. Não se trata apenas de uma questão biológica: envolve uma série de fatores que se misturam e se reforçam. No Brasil, ela se tornou um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento humano, afetando diretamente educação, saúde, assistência social e até o crescimento econômico do país. Para entender o problema de verdade, é preciso olhar para as desigualdades de classe, raça e território — porque a maternidade precoce não atinge todo mundo da mesma forma. Ela se concentra, sobretudo, em grupos já marcados pela exclusão social e pela falta de presença do Estado.

Os números ajudam a dimensionar a gravidade. Segundo a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO, 2020), cerca de uma em cada sete crianças nascidas no país é filha de mãe adolescente. Na prática, isso significa que aproximadamente 48 bebês nascem por hora de mães adolescentes. Um fluxo tão constante revela uma falha estrutural: as redes de proteção e a disseminação de informação sobre direitos sexuais e reprodutivos entre os jovens simplesmente não estão dando conta.

A situação fica ainda mais preocupante quando olhamos para as meninas de 10 a 14 anos. Em 2019, foram registrados 19.330 nascimentos nessa faixa etária — ou seja, uma menina se tornava mãe a cada trinta minutos. Nesses casos, a gravidez quase nunca está dissociada de um contexto de vulnerabilidade profunda e, com frequência, de violações de direitos e violência sexual. Dados mais recentes, de Daltoé, Cardieri e Soares (2024), mostram 14.293 partos de meninas entre 10 e 14 anos em 2022 e 13.909 em 2023. Há uma tendência de queda, é verdade, mas os números continuam inaceitavelmente altos para um país que se propõe a garantir os direitos da criança e do adolescente.

Por trás dessa realidade, estão desigualdades socioeconômicas que persistem há décadas. Falta informação qualificada sobre métodos contraceptivos, o acesso aos serviços de saúde é difícil — seja pela distância, seja pela burocracia — e as relações afetivas ainda carregam profundas desigualdades de gênero. Tudo isso cria um terreno fértil para a gestação não planejada. Some-se a isso a cultura do silêncio em torno da sexualidade e a ausência de uma educação sexual baseada em evidências científicas nas escolas, e o ciclo de vulnerabilidade se perpetua.

Este estudo se justifica pela necessidade urgente de entender como a maternidade precoce muda a trajetória educacional das jovens. Quando a adolescente interrompe os estudos — seja para cuidar do bebê, seja por causa do estigma social — os prejuízos se estendem por anos e comprometem a entrada no mercado de trabalho e a autonomia financeira. Por isso, analisar esses impactos educacionais é essencial para desenhar políticas públicas intersetoriais que atuem tanto na prevenção quanto no apoio a quem já vive a maternidade.

O objetivo deste artigo é analisar os efeitos da gravidez na adolescência sobre a trajetória educacional e a inserção das mulheres no mercado de trabalho no contexto brasileiro. Para isso, fazemos uma revisão aprofundada da literatura especializada, buscando identificar os principais gargalos e as possíveis formas de reduzir os danos causados pela exclusão escolar.

Esperamos que esta análise contribua para o debate acadêmico e político, reforçando a ideia de que a educação é a ferramenta mais poderosa para romper os ciclos intergeracionais de pobreza. Quando o Estado garante que a adolescente gestante permaneça na escola, cumpre seu papel constitucional de proteção integral — e impede que a maternidade vire sinônimo de precariedade econômica e social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ADOLESCÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E VULNERABILIDADES

A adolescência é uma fase decisiva no desenvolvimento humano, marcada por mudanças intensas que acontecem ao mesmo tempo no corpo, na mente e nas relações sociais. Ferreira et al. (2014) descrevem esse período como a transição entre a infância e a vida adulta, em que a construção da identidade e a busca por autonomia passam a ocupar o centro da experiência de cada um. É uma fase de redefinição de papéis, de experimentação e, naturalmente, de descoberta da sexualidade e de formação de novos vínculos.

Toda essa transformação — somada à maturação sexual, à vontade de viver novas experiências e à necessidade de aceitação entre os pares — pode deixar o adolescente mais exposto a comportamentos de risco. Entre eles, a prática sexual sem proteção é um dos fatores mais críticos para a gravidez não planejada. Mas é importante deixar claro: a vulnerabilidade do adolescente não é só individual, é também contextual. Ela depende diretamente do apoio da família e das oportunidades que o meio oferece.

Por isso, a gravidez na adolescência não pode ser entendida fora dos determinantes sociais, econômicos e culturais. Quando faltam perspectivas de futuro, quando o ensino é de baixa qualidade e quando não existem espaços de lazer e cultura, a maternidade acaba sendo vista, em muitos contextos de exclusão, como um projeto de vida possível. A vulnerabilidade biológica da idade, então, se soma à vulnerabilidade social, formando um cenário de risco que exige intervenções específicas e sensíveis à realidade dessa faixa etária.

2.2 FATORES ASSOCIADOS À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Estudos brasileiros recentes mostram que o sexo desprotegido está diretamente ligado à gravidez na adolescência e às doenças sexualmente transmissíveis. Ferreira et al. (2014) e Ribeiro et al. (2019) apontam que a não utilização de métodos contraceptivos — principalmente o preservativo — é uma constante nos relatos de jovens gestantes. Mas essa falta de proteção não pode ser reduzida a uma simples escolha individual ou descuido. Ela é o reflexo de limitações estruturais: o acesso difícil aos serviços de saúde e uma educação sexual insuficiente, que não prepara o jovem para viver a sexualidade de forma segura.

As desigualdades de gênero também pesam muito nas relações afetivas e sexuais dos adolescentes. A dificuldade de negociar o uso do preservativo com o parceiro, as assimetrias de poder e as normas sociais que colocam sobre a mulher toda a responsabilidade pela contracepção são barreiras reais. Expectativas culturais que valorizam a passividade feminina e uma virilidade masculina sem responsabilidade acabam cerceando a autonomia de muitas jovens sobre a própria saúde sexual e reprodutiva — e aumentam o risco de uma gestação indesejada.

Diniz e Koller (2012) destacam que, entre jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o consumo de álcool, a coabitação precoce com o parceiro e o início muito cedo da vida sexual são preditores importantes. A gravidez, nesse sentido, não decorre de um único fator isolado, mas de uma rede de causalidades.

Por outro lado, estudos baseados na PNDS 2006 apontam fatores de proteção: pertencer a famílias com tradição religiosa e ter níveis mais altos de escolaridade tendem a retardar o início da vida reprodutiva. Dados mais recentes da PeNSE 2019, analisados por Aguiar et al. (2024), reforçam que estar matriculado no ensino fundamental e abandonar a escola por insegurança ou violência são fatores de risco preponderantes. A vivência de abuso sexual e o consumo de drogas ilícitas também aparecem como variáveis que elevam drasticamente a chance de gravidez precoce. Em contrapartida, melhores condições socioeconômicas e morar em regiões com mais serviços públicos, como Sul e Sudeste, funcionam como elementos protetivos que reduzem a incidência do fenômeno.

2.3 IMPACTOS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

O impacto da maternidade precoce na educação é um dos temas mais críticos da literatura sociológica e educacional. Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), em pesquisa com mais de 8 mil estudantes, revelaram que 18% das jovens interromperam os estudos por causa da gravidez. No mesmo levantamento, apenas 1,3% dos meninos atribuíram o abandono escolar à paternidade. Essa disparidade

enorme mostra como o peso do cuidado e o estigma social recaem quase que exclusivamente sobre a mulher — perpetuando desigualdades de gênero desde cedo.

E não é só o abandono: a gravidez também afeta o desempenho de quem tenta permanecer na escola. Cerca de 6,6% dos estudantes que relataram reprovação apontaram a gestação como o motivo da repetência. Santos, Pazello e Anazawa (2021), usando dados da PNAD, demonstraram que a maternidade precoce está associada a uma redução de 18,8 pontos percentuais na probabilidade de frequência escolar. Além disso, há uma queda de aproximadamente 10 pontos percentuais na chance de concluir o ensino fundamental — o que compromete toda a base educacional da jovem.

No longo prazo, os efeitos sobre a carreira profissional são ainda mais graves. Narita e Diaz (2016) observaram que a redução da taxa de gravidez na adolescência está diretamente ligada ao aumento da probabilidade de concluir o ensino médio e a uma maior participação feminina no mercado de trabalho formal. Daltoé, Cardieri e Soares (2024) quantificaram esse prejuízo: a maternidade precoce resulta em uma perda média de 1,3 ano de escolaridade e uma redução de 28% nos rendimentos ao longo da vida laboral — um fosso econômico difícil de superar.

Kassouf et al. (2020) trazem ainda outra perspectiva sobre a força de trabalho: embora haja um aumento na participação (pela necessidade urgente de renda), ocorre uma redução de 12 pontos percentuais na probabilidade de ocupação em postos formais. Na prática, isso significa que as mães adolescentes são empurradas para o mercado informal, em ocupações precárias, sem proteção social e com salários baixos. Esse ingresso precoce e sem qualificação é uma resposta direta à interrupção da formação escolar — e fecha as portas para carreiras que exigem maior especialização.

2.4 IMPACTOS NA SAÚDE MATERNA E NEONATAL

A dimensão biológica da gravidez na adolescência também não pode ser ignorada, já que o corpo feminino ainda em maturação enfrenta riscos específicos. Jolly et al. (2000) e Almeida, Aquino e Barros (2006) apontam que adolescentes têm maior probabilidade de desenvolver complicações obstétricas graves, como anemia profunda e doença hipertensiva específica da gestação (DHEG). A desproporção céfalo-pélvica e as infecções do trato urinário também são frequentes, exigindo um acompanhamento médico muito mais rigoroso do que em gestantes adultas. A maturação incompleta do sistema reprodutivo e endócrino aumenta a suscetibilidade a partos prematuros e complicações no puerpério. Azevedo et al. (2015) reforçam que a hipertensão gestacional é uma das principais causas de morbidade materna nessa faixa etária.

Muitas vezes, o medo do julgamento social ou a falta de apoio familiar faz com que a adolescente adie o início do pré-natal. Isso agrava consideravelmente os riscos tanto para a mãe quanto

para o bebê — transformando uma condição que poderia ser acompanhada de perto em uma emergência de saúde.

Para o recém-nascido, as consequências também são severas. Há uma incidência significativamente maior de baixo peso ao nascer e complicações neonatais em filhos de mães adolescentes (ALMEIDA et al., 2020). A prematuridade, muitas vezes resultado da saúde fragilizada da mãe ou da falta de assistência adequada, pode levar a atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor da criança. O impacto da gravidez precoce, portanto, se estende para a próxima geração — e exige do sistema de saúde cuidados contínuos e caros que poderiam ser evitados com políticas de prevenção eficazes.

2.5 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA, DESIGUALDADES E REPRODUÇÃO DA POBREZA

A relação entre gravidez na adolescência e a perpetuação da pobreza é um dos ciclos mais difíceis de romper nas sociedades em desenvolvimento. A interrupção da trajetória educacional limita drasticamente as chances de qualificação profissional, o que restringe o acesso a empregos com salários dignos. Como resultado, a jovem mãe acaba presa a ocupações de baixa remuneração, muitas vezes dependendo de auxílios governamentais ou da ajuda instável de familiares para garantir o básico para o filho. Essa precariedade econômica compromete a autonomia da mulher e sua capacidade de investir na educação e na saúde dos próprios filhos.

Estudos sociológicos indicam que filhos de mães adolescentes têm maior probabilidade de também se tornarem pais cedo, reproduzindo o ciclo intergeracional de pobreza. A falta de capital cultural e econômico acumulado impede a ascensão social, mantendo famílias inteiras em situação de vulnerabilidade por décadas — alimentada pela ausência de intervenção estatal efetiva nas causas estruturais do problema.

A gravidez na adolescência, então, não deve ser vista apenas como uma questão de saúde individual, mas como um motor de desigualdade social. Ela aprofunda o fosso entre as classes: jovens de famílias mais abastadas contam com redes de apoio e acesso a recursos que permitem continuar os estudos, enquanto as jovens pobres são sumariamente excluídas do sistema produtivo e educacional. Enfrentar esse cenário exige redistribuir oportunidades e fortalecer as redes de proteção social voltadas para a juventude feminina.

2.6 MARCOS LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A proteção dos direitos das adolescentes gestantes e mães tem um sólido embasamento jurídico no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabelece, entre seus princípios fundamentais, a dignidade

da pessoa humana e a igualdade de oportunidades, além de prever a proteção integral à criança e ao adolescente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçam que a maternidade não pode ser motivo de discriminação ou exclusão do ambiente escolar, garantindo o direito à educação como um bem inalienável.

A escola deve funcionar como um espaço de acolhimento e equidade, com estratégias pedagógicas que permitam à jovem conciliar os estudos com as demandas da maternidade. Isso inclui regimes de exercícios domiciliares durante a licença-maternidade e a flexibilização de horários quando necessário. Mas a teoria legal, muitas vezes, colide com a prática institucional: o preconceito de gestores e professores acaba empurrando a jovem para fora da sala de aula, violando preceitos constitucionais básicos.

Para que os direitos sejam de fato efetivados, é indispensável implementar políticas intersetoriais. Isso envolve articular educação sexual baseada em direitos, acesso facilitado a métodos contraceptivos de longa duração pelo SUS e a criação de redes de apoio que incluam creches e programas de qualificação profissional. O Sistema de Garantia de Direitos precisa atuar de forma coordenada, para que a adolescente não seja apenas um número nas estatísticas de evasão, mas um sujeito de direitos com sua trajetória protegida pelo Estado e pela sociedade.

3 METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão integrativa da literatura, com uma abordagem que combina elementos qualitativos e quantitativos para oferecer uma visão ampla do fenômeno da gravidez na adolescência e seus impactos educacionais. Esse tipo de revisão tem uma vantagem importante: permite incluir estudos com metodologias diferentes, sintetizar múltiplos resultados já publicados e montar um panorama atualizado sobre o tema — algo essencial para embasar discussões sobre políticas públicas.

O caminho metodológico começou com um levantamento bibliográfico amplo em bases de dados científicas nacionais e internacionais, como SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão foram: estudos empíricos que tratassem da gravidez na adolescência com foco explícito em desfechos educacionais, ocupacionais e de saúde, publicados entre 2000 e 2024. Também foram priorizados artigos que usassem bases de dados oficiais do governo brasileiro, garantindo mais confiabilidade nas análises contextuais.

A análise dos dados foi organizada em categorias temáticas: determinantes da gravidez precoce, impactos na trajetória escolar, consequências no mercado de trabalho, riscos à saúde materna e neonatal e eficácia das políticas públicas. Em cada categoria, buscou-se identificar os consensos e as divergências na literatura, além das lacunas que ainda precisam de investigação. A heterogeneidade dos

estudos permitiu observar o fenômeno por ângulos diferentes — desde a análise estatística de grandes amostras até estudos de caso mais localizados.

As principais fontes de dados secundários usadas pelos estudos revisados incluem a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2019), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2019) e o DATASUS. São essas fontes que fornecem a base quantitativa para mensurar a magnitude do problema e identificar tendências ao longo do tempo. O uso de dados oficiais dá robustez aos resultados discutidos e permite fazer generalizações cautelosas sobre a realidade da juventude brasileira.

Quanto aos métodos econométricos empregados nas pesquisas analisadas, destacam-se o Propensity Score Matching (PSM), os modelos de regressão logística (Logit) e o uso de variáveis instrumentais. Essas técnicas são fundamentais para reduzir problemas de endogeneidade e estabelecer relações de causalidade mais precisas entre a gravidez e a evasão escolar. É claro que uma revisão baseada em dados secundários tem limitações inerentes — mas o rigor metodológico dos estudos selecionados assegura a validade das conclusões apresentadas neste artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 MAGNITUDE E PERFIL DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Os resultados mostram que, apesar de uma leve tendência de queda nos últimos anos, a gravidez na adolescência no Brasil ainda está em patamares muito altos. Os dados da FEBRASGO (2020) e os registros de nascimentos de meninas entre 10 e 14 anos em 2022 e 2023 confirmam que milhares de jovens começam a vida reprodutiva cedo demais, todos os anos. Essa persistência nos números indica que campanhas de prevenção isoladas não têm sido capazes de mudar uma realidade que é estrutural — e que está profundamente ligada à forma como a sexualidade é vivida e tratada na juventude.

O perfil das adolescentes gestantes também revela uma concentração alarmante: são, em sua maioria, jovens pretas e pardas, moradoras de periferias ou zonas rurais e com baixo poder aquisitivo. Essa seletividade social mostra que a gravidez precoce é, antes de tudo, um sintoma da desigualdade brasileira. E, quando olhamos para as meninas de 10 a 14 anos, a situação se torna ainda mais crítica: nesses casos, a gestação é frequentemente resultado de abusos sexuais e da fragilidade das redes de proteção familiar e estatal — uma grave violação dos direitos humanos.

4.2 IMPACTOS NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

A análise dos dados de Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) confirma que a gravidez é um dos principais motores da exclusão escolar feminina. O fato de 18% das meninas abandonarem a escola, contra apenas 1,3% dos meninos, escancara uma desigualdade de gênero brutal na assunção das responsabilidades parentais. Muitas vezes, a escola falha em oferecer o suporte necessário, e a jovem acaba cedendo à pressão de cuidar do filho sozinha — sacrificando o próprio futuro educacional.

Os estudos de Santos, Pazello e Anazawa (2021) e Daltoé, Cardieri e Soares (2024) ajudam a dimensionar esse atraso: a perda de quase 20 pontos percentuais na frequência escolar e a redução de 1,3 ano na escolaridade média. Esse ciclo de desvantagem acumulada significa que a jovem terá menos chances de entrar no ensino superior e, consequentemente, acesso a postos de trabalho menos qualificados. A educação, que deveria ser o caminho para superar a pobreza, acaba se tornando uma barreira quase intransponível — justamente pela falta de políticas que garantam a permanência das mães adolescentes na escola.

4.3 IMPACTOS NA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A entrada dessas jovens no mercado de trabalho é marcada pela precariedade. Kassouf et al. (2020) demonstram que, embora a necessidade financeira as force a procurar emprego cedo, a probabilidade de conseguirem uma vaga formal é 12% menor. Elas acabam ocupando postos no setor de serviços e no comércio informal, com jornadas exaustivas e sem benefícios previdenciários. Essa realidade impede a acumulação de qualquer capital e mantém a família em um estado de vulnerabilidade econômica constante.

4.4 IMPACTOS NA SAÚDE MATERNA E NEONATAL

A literatura confirma que os riscos à saúde são significativamente maiores para as adolescentes. A incidência de hipertensão e partos prematuros sobrecarrega o sistema público de saúde e coloca em risco a vida de milhares de jovens. Além disso, o baixo peso ao nascer dos bebês gera uma demanda por cuidados neonatais intensivos — o que evidencia que a falta de prevenção tem um custo social e financeiro alto para o Estado, sem contar o sofrimento individual das famílias envolvidas.

4.5 DETERMINANTES E FATORES DE PROTEÇÃO

Os determinantes da gravidez precoce são múltiplos: vão desde a falta de acesso a contraceptivos até a vivência de violências. Por outro lado, a escolaridade elevada e a estabilidade socioeconômica aparecem como os fatores de proteção mais eficazes. Isso sugere que investir na

qualidade da educação e na permanência do jovem na escola é a melhor estratégia de prevenção. Quando o adolescente enxerga um futuro profissional promissor pela frente, a tendência é que o início da vida reprodutiva seja planejado e adiado.

4.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Apesar dos marcos legais avançados, como a CF/88 e o ECA, a execução das políticas públicas ainda é fragmentada e, muitas vezes, ineficaz. Falta coordenação entre os setores de saúde e educação, e obstáculos culturais continuam impedindo a implementação de uma educação sexual abrangente. Enfrentar a gravidez na adolescência exige um compromisso contínuo com a equidade de gênero e investimento em redes de proteção que garantam que a maternidade não resulte em exclusão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidez na adolescência é um fenômeno social de profunda complexidade, cujos impactos vão muito além da vida individual de cada jovem — atingem a educação, a saúde e o desenvolvimento humano como um todo, e acabam moldando a própria estrutura da sociedade brasileira. Como ficou claro ao longo deste artigo, a maternidade precoce não é apenas um evento biológico: é uma manifestação aguda das desigualdades estruturais de pobreza, gênero e raça. Ela funciona como um catalisador de exclusão, tirando das jovens o direito de planejar suas próprias trajetórias e, muitas vezes, condenando-as à precariedade econômica.

É importante reconhecer que a exclusão educacional, em muitos casos, já vem antes da gestação. Jovens em situação de vulnerabilidade enfrentam dificuldades para permanecer na escola desde cedo, e a gravidez acaba sendo o fator final que rompe de vez o vínculo com a instituição de ensino. Por isso, a escola precisa ser fortalecida não apenas como um lugar de instrução, mas como um ponto central da rede de proteção social — capaz de identificar riscos e oferecer suporte tanto antes quanto depois de uma gestação não planejada.

O direito à educação das adolescentes gestantes e mães, embora garantido pela Constituição Federal e por leis complementares como a LDB e o ECA, ainda esbarra na falta de efetividade prática. O estigma social e a ausência de infraestrutura de apoio — como creches e horários flexíveis — continuam sendo barreiras quase intransponíveis para milhares de brasileiras. Superar esse quadro exige que o Estado assuma a responsabilidade de coordenar políticas intersetoriais que unam saúde, assistência social e educação em torno de um objetivo comum: proteger a trajetória da jovem.

As políticas públicas atuais, marcadas pela fragmentação e pelas descontinuidades administrativas, precisam evoluir para modelos baseados em evidências e em monitoramento

constante. O acesso a métodos contraceptivos modernos e a educação sexual integral são pilares preventivos que não podem ser deixados de lado por questões ideológicas. Ao mesmo tempo, programas de inclusão produtiva e de qualificação profissional são essenciais para garantir que aquelas que já são mães consigam romper o ciclo da pobreza e oferecer um futuro melhor para os filhos.

Em conclusão, enfrentar a gravidez na adolescência exige uma mudança de paradigma: deixar de enxergar a jovem como o problema e passar a olhar para as falhas sistêmicas que a cercam. Somente com uma cooperação efetiva entre Estado, família e sociedade será possível garantir que a juventude brasileira tenha o direito de sonhar e realizar seus projetos de vida. E a pesquisa acadêmica precisa continuar avançando — especialmente nas questões de desigualdades territoriais e saúde mental — para fornecer as bases de uma transformação social real e duradoura.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J. 2015. Gravidez na adolescência e trajetórias escolares. Brasília: Flacso-Brasil, OEI, MEC.

ABRAMOVAY, M., M. G. CASTRO, e J. J. WAISELFISZ. 2015. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? Brasília: Flacso-Brasil, OEI, MEC.

AGUIAR et al. Fatores associados à gravidez na adolescência entre estudantes brasileiras (PeNSE 2019).

AGUIAR C. M.; GOMES K. W. L. Gravidez na adolescência e violência doméstica no contexto da atenção primária à saúde. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. v. 16, n. 43: p. 2401-2401, 2021.

ALMEIDA A. H. V. et al. Prematuridade e gravidez na adolescência no Brasil, 2011-2012. Caderno saúde pública. v.36, n.12, 2020.

Almeida, M. C. C., Aquino, E. M. L., & Barros, P. (2006). School trajectory and teenage pregnancy in three Brazilian state capitals. Cadernos de Saúde Pública, 22, 1397-1409.

Azevedo, W. et al. Complicações da gravidez na adolescência: revisão sistemática da literatura. Einstein (São Paulo) 13 (4). Oct-Dec 2015 https://doi.org/10.1590/S1679-45082015RW3127.

Daltoé, C. M., L. Cardieri, e V. M. N. Soares. 2024. Estupro de vulnerável: caracterização de crianças mães: Brasil e regiões em 2022. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde. Disponível em: https://www.redesaude.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Estudo_-Meninas-ma%CC%83es-em-2026.pdf

DINIZ, D; BARBOSA, L.; SANTOS, WR dos. Deficiência. Direitos Humanos e Justiça. SUR, Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 6, n. 11.

FEBRASGO — Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Dados sobre gravidez na adolescência no Brasil. 2020.

Ferreira, E. B., J. L. de A. Veras, S. A. Brito et al. 2014. "Causas predisponentes à gestação entre adolescentes." Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online 6 (4): 1571-1579. https://doi.org/10.9789/2175-5361.2014.v6i4.1571-1579

Jolly, M. C., N. Sebire, J. Harris et al. 2000. "Obstetric risks of pregnancy in women less than 18 years old." Obstetrics & Gynecology 96 (6): 962-966. https://doi.org/10.1016/S0029-7844(00)01075-9

Kassouf, A. L., V. Ahmed, A. Zabsonré et al. 2020. Examining the Impact of Early Childbearing on Labor Outcomes in Brazil. Partnership for Economic Policy Working Paper 2020-19. https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3673549
» https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3673549

Martins, M. da G., G. H. N. dos Santos, M. da S. Sousa et al. 2011. “Associação de gravidez na adolescência e prematuridade.” Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia 33 (11): 354-360. https://doi.org/10.1590/S0100-72032011001100006

NARITA, R.; DIAZ, M. D. M. Efeitos da gravidez na adolescência sobre educação e mercado de trabalho (PNAD 1992-2004)

Ribeiro, W. A., M. Andrade, B. P. A. Fassarella et al. 2019. “A gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos: A gestação e o impacto do conhecimento.” Nursing (São Paulo) 22 (253): 2990-2994. https://doi.org/10.36489/nursing.2019v22i253p2990-2994

Santos, F. M., E. T. Pazello, e L. S. Anazawa. 2021. “Os impactos da maternidade sobre os resultados socioeconômicos de curto prazo das adolescentes brasileiras.” Pesquisa e Planejamento Econômico 52 (1). http://dx.doi.org/10.38116/ppe51n1art4